

Projeto “Você Não Tem Carta Branca”: a Comunicação como ferramenta de conscientização sobre Branquitude¹

Amanda Trentin LESSNAU²

Carolina Fernandes da Silva MANDAJI³

Giulia Luciani GAIO⁴

Maísa Giraldele BARBOSA⁵

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO

O debate racial alcançou novos espaços recentemente e a partir disso, questionamos a participação da pessoa branca no combate ao racismo. Ao entender a discriminação racial pautada no preconceito e na sistematização do racismo no Brasil, esse projeto reflete sobre a branquitude, ou seja, sobre a percepção do sujeito enquanto branco em sua formação histórica, compreendendo seus privilégios materiais e simbólicos (SILVA, 2018; SCHUCMAN, 2020). Após pesquisa inicial sobre uma perspectiva antirracista ou de auxílio na compreensão das pautas raciais pelo viés da branquitude, foram obtidos resultados escassos na busca por trabalhos no campo da Comunicação. Partindo desta problemática, desenvolvemos o site “Você não tem carta branca” (2021)⁶ que oferece um percurso de aprendizado destinado principalmente aos jovens brancos como forma de desconstruir comportamentos e ideais racistas.

PALAVRAS-CHAVE: Educomunicação, Branquitude, Racismo estrutural, Site.

RAÇA E RACISMO

Para falar de racismo, precisamos entender o conceito de raça. Existem algumas teorias que discutem o surgimento da concepção de raça. Isso porque este é um conceito que se altera ao longo do tempo e de acordo com o contexto relacional. Raça como “referência a distintas categorias de seres humanos” (ALMEIDA, 2020, p.24) é um

¹ Trabalho apresentado no GT 6 Comunicação, Educação e Ensino, do PENSACOM BRASIL 2021.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Bacharelado em Comunicação Organizacional da UTFPR, email:amandalessnau@gmail.com

³ Orientadora e co-autora do trabalho. Professora Doutora do Curso de Bacharelado em Comunicação Organizacional da UTFPR, email:cfernandes@utfpr.edu.br

⁴ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Bacharelado em Comunicação Organizacional da UTFPR, email:giuliagaio@alunos.utfpr.edu.br

⁵ Graduada no Curso de Bacharelado em Comunicação Organizacional da UTFPR, email:maisagbarbosa@gmail.com

⁶ Este trabalho refere-se à discussão desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso “Projeto ‘Você Não Tem Carta Branca’: A Comunicação Como Ferramenta De Conscientização Sobre Branquitude”, defendido como requisito para aprovação no curso de Bacharelado em Comunicação Organizacional, apresentado em 24 de agosto de 2021 em banca online.

conceito que concerne ao século XVI.

O percurso histórico do conceito de raça, segundo Almeida (2020, p. 26-28), demonstra que foi a partir do Iluminismo no século XVIII que o ser humano passou a ser estudado e classificado como selvagem ou civilizado com base na psicologia, na linguística, na biologia e na economia. O autor argumenta que essa classificação, calcada em diferenças culturais e físicas, foi fundamental para sustentar o colonialismo, que submeteu e destruiu povos no continente Africano, na Oceania, nas Américas e na Ásia em nome de uma suposta civilização.

Almeida (2020, p. 29) pontua que em seguida, no século XIX, o positivismo sustentou as ideias do racismo científico que pregavam que características biológicas e/ou ambientais denotavam diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças. Por outro lado, coube a parte dos estudiosos da antropologia do século XX lançar luz ao pensamento de que não havia qualquer tipo de diferenciação natural entre as raças. Fica assim compreendido, então, que “a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico” (ALMEIDA, 2020, p. 31).

Assim como existem compreensões diferentes de raça, observa-se que a respeito do racismo também. Consideramos racismo, para fins deste artigo, segundo a definição de Schucman (2014, p. 85), que o define como sendo toda manifestação que se justifique pela diferença, dominação, hierarquia, privilégios das raças.

Essa definição pode ser complementada pela explicação de Silvio Almeida:

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam. (ALMEIDA, 2020, p. 32)

Nestas duas definições percebemos que a presença de termos que apresentam contextualizações importantes para a compreensão da pauta antirracista: privilégios, raça, racismo sistêmico e pertencimento, por exemplo. Portanto, pode-se notar que mesmo com a definição detalhada e produzida por referências sobre o tema, ainda assim precisamos

compreender outras esferas diretamente envolvidas na concepção do que é racismo e de como evitá-lo. Para falar de branquitude, é essencial ter consciência da existência e entender o que significa o racismo estrutural, qual a sua origem e como ele é perpetuado ainda nos dias de hoje.

Segundo Almeida (2020, p. 36), o racismo pode ser individualista, sendo tratado com uma questão ética, uma “irracionalidade” de indivíduos ou pequenos grupos, e combatido no campo jurídico. Pode ser também institucional, quando não relacionado a comportamentos individuais, mas sim às instituições que atuam em uma dinâmica que confere desvantagens e privilégios com base na raça (2020, p. 37). Perceber que o racismo não se manifesta apenas individualmente, mas também relacionado a instituições, é um avanço para os estudos sobre raça, pois passamos a entender a dimensão do poder como parte da construção das relações sociais (ALMEIDA, 2020, p. 46).

Nesta linha de pensamento, podemos entender instituições como sendo: “modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais (HIRSCH apud ALMEIDA, 2020, p. 38)”.

Essas instituições buscam estabelecer condições para a manutenção da ordem social. Desse modo, o racismo reproduzido pelas instituições está relacionado a uma ideia de ordem social desejada. “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2020, p. 47). Ou seja, como essas instituições atuam de acordo com uma estrutura social já existente, o racismo que nelas se manifesta também está relacionado a essa estrutura pré-existente.

É nessa lógica que se percebe a existência de um racismo estrutural no qual as instituições e, conseqüentemente, os indivíduos, reproduzem o racismo. Isso está relacionado a uma ordem social estabelecida, que não é criada pelas instituições, mas reproduzida por elas em uma estrutura social oriunda do tempo da escravidão e que se perpetua normalizada pela sociedade. Por mais que um indivíduo tenha consciência dos

males dessa forma de preconceito, segundo Djamila Ribeiro (2019, p. 19) “é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista”.

BRANQUITUDE

Da mesma forma que o racismo estrutural é produto de mecanismos de apagamento, a branquitude se constitui como mecanismo de dominação e vinculado aos sujeitos dominante e dominado:

A branquitude é produto da história, e é uma categoria relacional – isto é, não existiria se não fosse a construída “comparação” com outras ideias de raça. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. (FRANKENBERG *apud* CARDOSO, 2018, p. 31)

A branquitude é a percepção do sujeito enquanto branco em sua formação histórica, compreendendo os moldes no qual foi inserido de maneira completamente sistêmica. Nascer branco significa automaticamente receber privilégios, oportunidades, fontes de informação e acesso a recursos, “sejam eles materiais ou simbólicos” (SCHUCMAN, 2012, p. 22). Ou seja, facilidades na conquista tanto de bens físicos quanto de evolução pessoal. Conforme explicado ao teorizar raça, heranças racistas vêm de séculos passados e operam na sociedade desde o colonialismo, influenciando a subjetividade do negro e também do branco.

Para Silva (2018, p. 23), "a branquitude é assim entendida como resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não brancos". Portanto, percebemos que a construção social, histórica e política da sociedade brasileira está demarcada pela supremacia branca e pela sua influência no racismo estrutural. O conceito de branquitude surge após inúmeros pesquisadores e referências teóricas estudarem o negro, a negritude, o papel da pessoa negra no racismo, a herança negra e a luta representada pelas pessoas que tem sua raça identificada. Deslocar os estudos da negritude para o sujeito branco implica

em analisar as relações e as representações nas quais ele está envolvido.

Estudar a branquitude é, necessariamente, dissecar esses valores e se reconhecer em um processo árduo que rompe a hierarquia social de que o negro está abaixo do branco. É assim que a conscientização começa a florescer e pode permitir a modificação de estruturas antigas.

Podemos sintetizar a branquitude como a identidade racial branca, mas a grande dualidade nessa definição é que sujeitos brancos não assumem a identidade racial individual, justamente pelo fato de a própria branquitude permitir essa condição. Tomamos como branquitude a definição da socióloga, Silva:

A branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. (SILVA, 2018, pp. 27-28)

É justamente nessa distribuição de poder que os estudiosos da branquitude focam a análise do contexto supremacista da raça branca. Só reconhecendo os espaços de poder na sociedade branca é que se faz borbulhar os privilégios existentes que ainda podem, e precisam, ser abdicados. Enquanto parte da branquitude, ser branco ou branca significa aderir a uma cadeia de poder estruturada que nos concede a chance de escolher determinada ação ou medir determinada reação. Permitindo-nos, inclusive, delimitar o que é racismo ou não, se somos ou não racistas e, principalmente, se isso nos prejudica de alguma forma e se conseguimos lidar com o sentimento de fazer mal a alguém.

Partindo de outro embasamento, mas com conclusão similar, Edith Piza (2002) afirma que "branquitude" refere-se ao grupo de pessoas brancas com certa consciência de seus privilégios, e "branquidade" refere-se ao grupo de pessoas brancas que não possui nenhum nível de questionamento sobre sua identidade racial. Apesar disso, outros autores dizem que os termos são sinônimos e carregam apenas uma diferenciação de tradução dos textos norte-americanos.

Tais ramificações, ainda que dispensadas de suas linhas teóricas, demonstram que, independente do grau de consciência que se possua sobre o papel do branco na pauta antirracista, ele faz parte da pauta racista. Ou seja, tendo consciência ou não, ser branco é fazer parte da branquitude. Enquanto pertencente à raça branca, o sujeito contribui e se beneficia, mesmo que indiretamente, enquanto que o povo negro sustenta o outro lado da relação, arcando com os prejuízos, deméritos e penalizações.

EDUCOMUNICAÇÃO

Após estruturar a base da pesquisa que originou este artigo, definida a partir de conceitos dos estudos raciais, nos questionamos sobre a contribuição do campo da Comunicação para resultados antirracistas, bem como o envolvimento de pessoas brancas nesse movimento. Segundo Braga:

A comunicação, como fenômeno, seria isso que viabiliza, entre seres humanos em sociedade, negociar suas ideias ou percepções “singulares”, em princípio diferenciadas, do indivíduo ou do grupo, objetivando um padrão de aceitabilidade que permita ao espaço social funcionar, seja para acordar objetivos, seja para decidir dos modos adequados de atingi-los. (BRAGA, 2009, p. 8)

O autor explana sobre a capacidade transformadora que a comunicação possui quando favorece que os indivíduos estabeleçam conexões entre si, transpondo ideias e construindo noções comunitárias. Considerando essa perspectiva aliada ao conceito de educomunicação, entendemos que as noções de raça, racismo e branquitude exemplificam o “porquê” agir, e a comunicação atrelada ao desenvolvimento social e educacional, compõe o “como” agir.

Viana e Xavier (2015) apresentam essa conexão da seguinte maneira:

A educomunicação é um meio de fortalecimento do coeficiente comunicativo, dos sujeitos e de seus grupos sociais, na medida em que proporciona outras vivências comunicacionais e educativas, diferentes das que são padrão (...) da nossa sociedade. Servindo então quase que de uma visão, uma compreensão, e uma ação de intervenção, no sentido contrário ao que é hegemônico, e que está a favor dos interesses dos proprietários e exploradores de instituições e movimentos culturais, em ambos os âmbitos da sociedade: comunicação e educação. (VIANA; XAVIER,

2015, p. 22)

Ou seja, a aprendizagem se dá nos espaços de convivência que já estamos habituados a ocupar, desde que seja possível exercer o pensamento crítico sobre as relações criadas nestes locais. Além disso, a aprendizagem pressupõe o intuito de educar.

Na perspectiva de Vera Lucia Raddatz, o papel de agentes coparticipativos consiste em "desestabilizar o que está óbvio, sair da conformidade, experimentar outras ferramentas disponíveis e dialogar constantemente com quem está ao lado" (RADDATZ, 2015, p. 30). A autora relaciona isso à noção dos conceitos que estamos tratando: "A educação é o paradigma que ultrapassa o senso comum porque se concretiza pela noção do coletivo e da participação e em razão disso tem um compromisso evidente com a cidadania" (RADDATZ, 2015, p. 30).

Acreditamos que, por meio da comunicação com viés educativo, podemos gerar o princípio de uma mudança cultural, pela perspectiva da análise e questionamento de padrões nos quais vivemos atualmente. Enxergamos na educação uma possibilidade de usufruir da comunicação, como ferramenta antirracista que pode ser incorporada por indivíduos, assim como pode ser transformada por eles.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para construir este artigo e o projeto final, foi embasada em pesquisa aplicada e apoiada em pesquisas exploratórias no campo da Comunicação Organizacional e em suas interações com o campo da Educação, ao buscar compreender a(s) contribuição (contribuições) para o fomento do debate e conscientização sobre branquitude e a participação do branco na pauta antirracista. Para a criação do projeto intitulado "Você não tem carta branca", priorizamos os estudos da Educação e das Linguagens para aplicar o saber pensar e o saber fazer nos mecanismos de transmissão do conteúdo estudado.

Realizamos uma pesquisa exploratória online, para coletar dados para a definição

do público e a percepção dos (das) potenciais visitantes do projeto, sobre a branquitude e sobre quais meios de comunicação e informação preferiam para consumir este conteúdo. Para definir o público principal, consideramos o viés educativo e a maioria respondente, por faixa etária. Sendo assim, determinamos o recorte sendo jovens brancos de 15 a 24 anos. 52,4% dos respondentes, nesse perfil de idade, declararam não saber o que é branquitude. Compreendemos, com isso, a necessidade de introduzir este tema no cotidiano de pessoas brancas que ainda não se identificavam racialmente ou não reconheciam em si os privilégios que reforçam o racismo estrutural.

Selecionamos como formato do projeto, uma plataforma em que seria possível produzir textos maiores que possibilitaria um maior aprofundamento dos temas e inclusão de outros formatos de conteúdo, como vídeos ou imagens, explorando as possibilidades estéticas e narrativas por meio da linguagem do texto. Assim, o “Você não tem carta branca” foi planejado como um site que busca facilitar e desmistificar o aprendizado sobre branquitude e as pautas raciais que envolvem o negro, no Brasil.

O PRODUTO

A fim de cumprir com o intuito educativo, criamos um site chamado “Você não tem carta branca”. Optamos por não utilizar as redes sociais devido à complexidade do tema e o pouco espaço que teríamos para abordá-lo de maneira consistente. Sendo assim, pesquisamos e desenvolvemos os materiais visando interatividade e intertextualidade, além de basear todo o percurso em referências bibliográficas.

O percurso de aprendizado trazido no portal propõe um caminho inicial de conhecimento sobre as questões raciais e traz cinco fases que desenvolvem um raciocínio histórico e contextual brasileiro, se utilizando de diferentes formas de linguagem. Buscamos tornar o portal instigante e de fácil leitura por meio da adoção de linguagem em tom conversacional, quase como um convite ao visitante para adentrar no tema.

Também está disponibilizado um banco de referências, com obras audiovisuais, sonoras e literárias para que o visitante possa aprofundar a pesquisa pessoal, após a leitura

do portal; um glossário de termos racistas.

Segundo (AMARAL; RECUERO; MONTARDO, 2009, p. 32) , a interatividade é um mecanismo que favorece o percurso de aprendizagem proposto. Assim sendo, a possibilidade de interação no site foi proporcionada pela presença de links que preservam a intertextualidade trazendo ao corpo do texto, por exemplo, imagens ou vídeos que tratem do mesmo assunto.

Ainda considerando a interatividade, incluímos um botão para entrar em um grupo do projeto criado na plataforma Telegram. Este grupo representa uma forma ainda mais interativa de debate entre os(as) leitores(as) e nós. Enquanto mediadoras, nós planejamos a disponibilização de “pílulas de conteúdo”, cujo objetivo é expor conteúdos que provocavam a interação entre os membros do grupo.

Para ampliar a possibilidade de alcance do material, disponibilizamos o arquivo em PDF com os conteúdos de cada etapa do percurso para download gratuito, com a intenção de promover o debate antirracista em espaços coletivos *offline*.

Buscou-se induzir a interpretação e novas conexões também a partir da linguagem visual escolhida para ilustrar o portal e materiais: as colagens. Compostas por muitos elementos e cores relacionadas com a temática das fases de aprendizado, são um convite para o aprendiz relacionar os símbolos visuais ao conteúdo descrito no portal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação da criação do projeto se deu porque sabe-se, também, que apesar da existência dos aparatos de Estado, somos uma sociedade marcada pelo racismo até hoje. O intuito do portal “Você não tem carta branca” foi abordar uma perspectiva informativa rara sobre o racismo, a da pessoa branca que não se entende racista, visando gerar mudanças individuais que possam se estender, no futuro, à dimensão estrutural e organizacional da sociedade.

Para mensuração e análise de viabilidade e receptividade do projeto, desenvolvemos formulários e entrevistas. As respostas e *feedbacks* foram positivas, com poucas sugestões de alterações. Analisamos o número de visitas ao portal e de inscrições e interações no canal do Telegram. Obtivemos mais de 3 mil visualizações com somente 41% de rejeição, nos primeiros 4 dias de veiculação. Após 6 meses do lançamento, somamos mais de 5,5 mil visualizações, com 49% de rejeição. Concluimos, desta forma, que o portal "Você não tem carta branca" pode representar uma forma de intervenção que busca, por meio da educação, da comunicação e da linguagem, proporcionar outras vivências sociais, priorizando reflexões e discussões sobre pautas raciais pela perspectiva da branquitude.

Em consonância com o apontado por Ribeiro (2019, p. 4), nós, enquanto pessoas brancas, possuímos lugar de fala na pauta antirracista e cabe a nós, utilizar as melhores ferramentas ao alcance para tentar minimizar cenário desigual vivenciado ainda hoje.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, SÍLVIO. **Racismo Estrutural. Feminismos Plurais**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. (Capítulo – Raça e racismo)

AMARAL, Adriana, RECUERO Raquel, MONTARDO Sandra. (orgs). **Blogs.Com: estudos sobre blogs e comunicação**. Prefácio de André Lemos. São Paulo. Momento Editorial, 2009.

BRAGA, José Luiz. **Comunicação é aquilo que altera linguagens**. 18º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS, 18, 2009, Belo Horizonte. Disponível em:
<https://www.compos.org.br/anais_indice_autores.php?idEncontro=MTg=>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CARDOSO, Lourenço. **“Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista”**, Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, Doctorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud del Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde, vol. 8, núm. 1, (enero-junio), 2010, pp. 607-630.

LESSNAU, Amanda T.; GAIO, Giulia L.; BARBOSA, Maísa Giraldelo. **Projeto “Você não tem carta branca”**: A comunicação como ferramenta de conscientização sobre branquitude. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação

Organizacional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

PIZA, Edith. **Porta de vidro: uma entrada para branquitude**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (orgs.). *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 59-90.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. *Relações entre Educomunicação e Direitos Humanos no ponto de vista de Ismar de Oliveira Soares*. In: LAGO, C.; VIANA, C. E. (org) **Educomunicação: caminhos da sociedade midiática pelos direitos humanos**. São Paulo: ABPEducom/NCE-USP/Universidade Anhembi Morumbi. 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

_____. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. *Psicologia & Sociedade*, v.26, n.1, p. 83-94. - Universidade Federal de São Paulo, 2014.

_____. **A relação entre branquitude e privilégio**. Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. 2020. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/artigo/a-relacao-entre-branquitude-e-privilegio/>> Acesso em 22. nov. 2021.

SILVA, Priscila Elisabete da. *O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo*. In: CARDOSO, L.; MÜLLER, T. M. P. (Orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba, Editora Appris, 2018. p. 19-32.

VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil. **“Direitos Humanos e Comunicação, um tema gerador de debates e encontros sob a perspectiva da educomunicação.”** In: LAGO, C.; VIANA, C. E. (org) “EDUCOMUNICAÇÃO: CAMINHOS DA SOCIEDADE MIDIÁTICA PELOS DIREITOS HUMANOS”. São Paulo: ABPEducom/NCE-USP/Universidade Anhembi Morumbi.2015

VOCE NÃO TEM CARTA BRANCA. Disponível em: <<https://vocenaotemcartabranca.com/>>. Acesso em 21. nov. 2021.